

A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

Adaylson Wagner S. de Vasconcelos
(Organizador)



A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

Adaylson Wagner S. de Vasconcelos
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tesccarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A (não)efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N194 A (não)efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-222-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.224210507>

1. Direito. 2. Ciências jurídicas. I. Vasconcelos,
Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **A (NÃO) EFETIVIDADE DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS NO BRASIL 5**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam COVID-19 e seus reflexos; estudos em direito do trabalho; estudos em direito do consumidor; e estudos das administrações (executivo, legislativo e judiciário).

COVID-19 e seus reflexos traz análises que atingem diferentes áreas durante esse período atípico, como a judicialização da política, as políticas públicas, o direito de imagem, as doenças ocupacionais, o direito das famílias, a publicidade e o agronegócio, além do movimento antivacina.

Em estudos em direito do trabalho são verificadas contribuições que versam sobre sindicatos e CLT pós-2017, além de terceirização e precarização do trabalho.

Estudos em direito do consumidor aborda questões como responsabilidade civil por dívida já solvida e o art. 73 do CDC

No quarto momento, estudos das administrações (executivo, legislativo e judiciário), temos leituras sobre sistema presidencialista, direito e política, discricionariedade administrativa, princípio da impessoalidade, poder normativo e eficiência dos tribunais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PARTIDOS POLÍTICOS NO STF EM TEMPOS DE PANDEMIA: JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS

Rubens Beçak

Rafaella Marineli Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105071>

CAPÍTULO 2..... 17

A CRISE DO CORONAVÍRUS E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCENTIVO A DESCONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA

Rogério Monte Santo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105072>

CAPÍTULO 3..... 31

O DIREITO DE IMAGEM DOS PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lara Rezende Dozono Pereira

Júlio Dias Taliberti

Frederico Thales de Araújo Martos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105073>

CAPÍTULO 4..... 39

ANÁLISE DA COVID-19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL: MP 927/2020 E A DECISÃO DO STF

Giovanna Assis Georgini

Karyn Adame Rinaldi

Rodrigo Borges Nicolau

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105074>

CAPÍTULO 5..... 48

UMA RELEITURA DO INSTITUTO DO DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL NA CONTEMPORANEIDADE: AVANÇOS LEGISLATIVOS E ELETRÔNICOS EM TEMPOS PANDÊMICOS

Jackelline Fraga Pessanha

Marcelo Sant'Anna Vieira Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105075>

CAPÍTULO 6..... 58

PUBLICIDADE INFANTIL, SUPERENDIVIDAMENTO E PANDEMIA

Andréia Lourenço de Ornel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105076>

CAPÍTULO 7..... 73

AGRONEGÓCIO PÓS-PANDEMIA: UTILIZAÇÃO DA *BLOCKCHAIN* COMO MECANISMO

DE EFETIVAÇÃO DA SEGURANÇA DO ALIMENTO

Rhaissa Souza Proto

Arthur Pinheiro Basan

Maria Fernanda Telles Algeri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105077>

CAPÍTULO 8..... 86

ANÁLISE DO MOVIMENTO ANTIVACINA CONTEMPORÂNEO À LUZ DA OBRA CRÍTON DE PLATÃO

Maria Eduarda Camargo Pereira

Helen Correa Solis Neves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105078>

CAPÍTULO 9..... 103

APÓS A REFORMA DA CLT DE 2017, QUAL SERÁ O PAPEL DOS SINDICATOS E DA CLT NO BRASIL?

Ricardo Tannenbaum Nuñez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105079>

CAPÍTULO 10..... 115

INTERESSE PÚBLICO, GESTÃO PRIVADA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TERCEIRIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA ENQUANTO FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Agnaldo de Sousa Barbosa

Beatriz Yumi Picone Takahashi

Leonardo de Oliveira Baroni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050710>

CAPÍTULO 11 124

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DÍVIDA JÁ SOLVIDA, SOB A ÉGIDE DA SUMULA Nº 159 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A SUA APLICAÇÃO NAS RELAÇÕES CÍVEIS, CONSUMERISTAS E LABORAIS

Viviane Cristina Martiniuk

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050711>

CAPÍTULO 12..... 142

UMA ANÁLISE DO ARTIGO 73 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR À LUZ DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

Ana Cristina Alves de Paula

Maiara Motta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050712>

CAPÍTULO 13..... 157

AS OLIGARQUIAS E O SISTEMA PRESIDENCIALISTA DE PODER CENTRAL: CAUSAS DA INSTABILIDADE DO REGIME POLÍTICO BRASILEIRO PÓS-REPÚBLICA

Pedro Henrique Fidélis Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050713>

CAPÍTULO 14.....	173
A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA REGIÃO METROPOLITANA E SUA GOVERNANÇA	
Walber Palheta de Mattos	
Bruno Soeiro Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050714	
CAPÍTULO 15.....	188
DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA: O CONFLITO DE INTERESSES E A FALSA CONCEPÇÃO DA SUPREMACIA A PRIORI DO INTERESSE PÚBLICO	
Sérgio Augusto Veloso Brasil	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050715	
CAPÍTULO 16.....	203
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE E RELIGIÃO: NECESSIDADE EM DELIMITAR A ATUAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO OU MERA PERFUMARIA?	
Isabelle de Souza Bordalo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050716	
CAPÍTULO 17.....	220
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO CASO ANVISA	
Guilherme Saraiva Grava	
Ana Beatriz Guimarães Passos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.022421050717	
CAPÍTULO 18.....	239
TRIBUNAIS DE MÉDIO PORTE E TAMANHO DA JUSTIÇA – EFICIÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS, TRABALHISTAS E ELEITORAIS	
Rafaela Witt Bendlin	
Cleonice Witt	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050718	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	246
ÍNDICE REMISSIVO.....	247

CAPÍTULO 10

INTERESSE PÚBLICO, GESTÃO PRIVADA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TERCEIRIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA ENQUANTO FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 30/03/2021

Aginaldo de Sousa Barbosa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais –
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Franca - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/7871008221742180>

Beatriz Yumi Picone Takahashi

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais –
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Franca - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/7824261787999388>

Leonardo de Oliveira Baroni

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais –
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Franca - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6048174421543872>

RESUMO: As mudanças da estrutura de produção e acumulação do Capital, principalmente a partir da década de 1970, trouxeram como efeito direto a célere derrocada dos direitos trabalhistas. A lógica da terceirização figurou, nesse contexto, como uma das maiores expressões da precariedade envolvendo a classe trabalhadora. O presente artigo tratará, desse modo, dos efeitos do processo de difusão da hegemonia neoliberal para além da atividade econômica privada, buscando discutir sua influência na gestão pública das universidades e, nessa perspectiva, tendo reflexos em questões que, a rigor, fogem à circunscrição estrita dos interesses

do mercado. Observa-se, à luz dos substratos teóricos e jurídico-políticos, que os bens que consubstanciam o interesse público, a exemplo da educação e ciência básica, são submetidos à mesma lógica de produção das mercadorias destinadas ao consumo trivial.

PALAVRAS-CHAVE: precarização do trabalho. terceirização. interesse público. universidade.

PUBLIC INTEREST, PRIVATE MANAGEMENT: A CRITICAL ANALYSIS OF OUTSOURCING IN THE PUBLIC UNIVERSITY AS A PHENOMENON OF PRECARIOUSNESS WORK

ABSTRACT: The changes in the structure of capital production and accumulation, mainly from the 1970s onwards, brought the rapid fall of labor rights as a direct effect. The logic of outsourcing was, in this context, one of the greatest expressions of precariousness involving the working class. This article will thus deal with the effects of the process of spreading neoliberal hegemony beyond private economic activity, seeking to discuss its influence on the public management of universities and, in this perspective, reflecting on issues that, strictly speaking, are beyond the circumscription. strict interest of the market. It is observed, in the light of theoretical and legal-political substrates, that the goods that substantiate the public interest, such as education and basic science, are subjected to the same logic of production of goods destined for trivial consumption.

KEYWORDS: precarious work. outsourcing. public interest. university.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na estrutura produtiva capitalista nas quatro últimas décadas desencadearam, em escala global, profundas mudanças jurídico-políticas e institucionais. O imperativo da flexibilidade que passa a caracterizar as relações de produção e, por conseguinte, as relações de trabalho, se desdobra de maneira abrangente para todas as demais dimensões da vida político-social, exigindo reformas profundas na administração do Estado e estabelecimento de novos marcos legais para a regulação das atividades econômicas e laborais.

A emergência de uma dinâmica de acumulação flexível (HARVEY, 1995), que confronta a “rigidez” da organização industrial fordista e abala os alicerces da sociedade salarial engendrada por essa estrutura de produção (CASTEL, 1998), requer instrumentos políticos e ideológicos potentes o bastante para promover o dismantelamento da arquitetura institucional que sustenta o modelo capitalista vigente desde a segunda década do século XX. O neoliberalismo representou a possibilidade de operacionalização política das transformações necessárias no arcabouço econômico-produtivo e, no campo das ideias, a urdidura social necessária à legitimação das duras mudanças.

O presente artigo trata dos efeitos do processo de difusão da hegemonia neoliberal para além da atividade econômica privada, buscando discutir sua influência na gestão pública e, nessa perspectiva, tendo reflexos em questões que, a rigor, fogem à circunscrição estrita dos interesses do mercado. O foco principal da análise é a precarização das relações de trabalho nas universidades públicas, fenômeno resultante tanto da crescente prática da subcontratação de serviços nessas instituições quanto da estratégia de estabelecimento de contratos de trabalho temporários em uma de suas atividades-fim: o ensino. Ambos os expedientes são expressões da aplicação do receituário neoliberal à administração pública, em especial das recomendações acerca da flexibilização das relações laborais como forma de obter eficiência econômica.

Nesse caso, bens que consubstanciam o interesse público, como educação e ciência básica, são submetidos à mesma lógica de produção que mercadorias destinadas ao consumo trivial. Estas últimas se distinguem das primeiras por serem objeto de apropriação particular, individual, estimulada pelo gosto pessoal ou pelo marketing. Educação e ciência, ainda que fragmentariamente possam ser adquiridos no mercado, individualmente, possuem em sua essência o caráter de benefícios difusos, em alguns aspectos universais, irredutíveis à aquisição privada. Reside aí sua conotação como assunto de interesse público. Sua gestão como um insumo qualquer para o mercado enseja a discussão que realizamos nesse artigo.

2 | A LÓGICA PRIVADA NA GESTÃO PÚBLICA

Diferentemente do que ocorre na gestão das transações privadas, que visam à rentabilidade econômica por meio da otimização de custos, conforme destacado anteriormente os bens classificados como de interesse público possuem natureza diversa e demandam uma lógica distinta na sua administração (DAGNINO, 2016a e 2016b; BARBOSA, 2018).

Todavia, ao mesmo tempo em que se assiste à promoção de alterações profundas na organização empresarial privada, visando à consolidação dos princípios de uma acumulação flexível, o ideário neoliberal estimula a adoção por parte do poder público de procedimentos de gestão semelhantes aos utilizados no ambiente de negócios. De acordo com os signatários do neoliberalismo, a crise observada nos anos 1970/1980 – assim como as demais crises vivenciadas nas décadas posteriores – tinha sua explicação na maciça presença do Estado nas relações econômico-sociais e à consequente insuficiência e “engessamento” de seus mecanismos de atuação.

Assim, para os defensores da agenda neoliberal, a solução para a ubiquidade estatal seria a sua substituição pela iniciativa privada em quantos setores fosse possível. A análise de Milton Friedman, um dos mais celebrados teóricos do neoliberalismo, é emblemática dessa perspectiva: “O que o mercado faz é reduzir em muito a variedade de questões a serem decididas por meios políticos, e, assim minimizar a extensão em que o governo precisa participar diretamente do jogo” (FRIEDMAN, 2014, p. 17). Por outro lado, onde a atuação privada fosse inviabilizada, a alegada “inércia” da burocracia estatal seria resolvida com a incorporação de ferramentas utilizadas na competição empresarial.

Forjadas nas potências desenvolvidas do Norte, as premissas de uma Nova Administração Pública (NPM - New Public Management, na sigla em inglês) se disseminaram por todo o mundo como panaceia para o que foi entendido como ineficiência do Estado. Seu objetivo primordial: “fazer a Administração Pública operar como uma empresa privada e, assim, adquirir eficiência, reduzir custos e obter maior eficácia na prestação de serviços” (MOTTA, 2013, p. 84). No Brasil, a expressão máxima desse processo se deu com a denominada reforma gerencial do Estado, levada a efeito a partir de meados dos anos 1990, capitaneada pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, também um importante teórico da NPM no país (PEREIRA, 2007).

No âmbito da universidade pública, a perspectiva da NPM de foco no desempenho e resultados, com o menor dispêndio de recursos, tem sido uma diretriz basilar nas últimas décadas. Serviços considerados fora do eixo da atividade-fim passaram a ser subcontratados junto a empresas privadas e, em nome da austeridade econômica, parte significativa do corpo docente passou a ser contratado em regime temporário. Nos últimos anos, sob a mesma justificativa fiscal, estudantes de pós-graduação têm sido convocados a assumir atividades docentes. Mais recentemente, em 2019, o Ministério da Educação

propôs o projeto “Future-se”, por meio do qual se propõe o aprofundamento da flexibilização da gestão das instituições de ensino superior tanto no que diz respeito ao financiamento quanto à contratação de pessoal.

3 I A REAL FACETA DA TERCEIRIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO DIRETA COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL

O sistema de contratação da força de trabalho a partir de uma relação trilateral entre tomadora de serviços (não empregadora), prestadora de serviços (empregadora) e trabalhador se irradiou com força no Brasil através do avassalador impulso neoliberal da década de 70 (DELGADO, 2019).

Em tal contexto de reestruturação produtiva, as discussões envolvendo a terceirização sempre se pautaram no conflito e nas divergências entre o “moderno” e “precário”. A defesa favorável à massiva efetivação do modelo caminhava por discursos sobre a modernização do processo produtivo e a flexibilização dos direitos trabalhistas como ferramentas de geração de emprego e avanço econômico. Por outra via, no entanto, construía-se a perspectiva de que a terceirização aprofundaria, em larga escala, a precarização do Trabalho.

No tocante à realidade experimentada e vivenciada após a consolidação de leis (como a de nº 6.019 de 1974) e entendimentos jurisprudenciais sobre a terceirização (a exemplo da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho em 1993), o que se observou foi:

um elevadíssimo número de acidentes do trabalho, inclusive fatais; de trabalho em vários anos seguidos sem gozo de férias; de jornadas excessivas; de não recebimento de verbas rescisórias; (...) sem falar do assédio provocado pela discriminação e, mais propriamente, pela invisibilidade (SOUTO MAIOR, 2015).

Diante do evidente ataque aos direitos trabalhistas e à capacidade de organização coletiva dos trabalhadores que a terceirização engendra, as estratégias do Capital continuaram em ação de um modo cada vez mais intenso, violento e opressor alcançando, inclusive, setores historicamente públicos, como as universidades federais.

Os interesses privados - que se baseiam em lucro, mercantilização, privatização e terceirização – buscam subverter o caráter das universidades e extrair o mínimo de público que ainda existe nesse espaço (DEL PINO, 2020).

Nesse sentido, este artigo brevemente tecerá críticas ao Projeto de Lei 3.076, que busca instituir o programa “Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores” direcionado às Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de mostrar que na mesma lógica precarizante da terceirização se encontra a proposta do Ministério da Educação de atender as necessidades do mercado e aproximar o público do privado.

3.1 Future-se: Da modernização à precarização

O Ministério da Educação submeteu a minuta do Projeto de Lei 3.076/2020 à deliberação do Congresso Nacional, após algumas consultas públicas e mudanças na proposta original de 2019.

Em linhas gerais, o fundamento para a proposta de “inovação” (leia-se aqui “modernização”) do MEC envolve a limitada capacidade e restrições orçamentárias das universidades e a importância de se impulsionar as fontes adicionais de recursos, a fim de atender às demandas sociais.

Sob três eixos que abordam desde a pesquisa, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo até a internacionalização, as medidas previstas pelo MEC visam intensificar a lógica perversa do Capital de submissão do pensamento crítico e das produções científicas livres e independentes ao mercado financeiro.

É por esse motivo, por exemplo, que o artigo 18, inciso IV do Projeto de Lei, constitui como diretriz “estabelecer conteúdos de propriedade intelectual, empreendedorismo e inovação de forma transversal nas matrizes curriculares (...)” e o inciso V, do artigo 19, aponta para a relevância do apoio a criação de empresas juniores nas universidades (BRASIL, 2020).

Dessa maneira,

tem-se uma proposta para o ensino público superior (federais) calcado em uma concepção que não é somente neoliberal. (...) É um projeto que busca reformular o ensino e a pesquisa – porque a proposta descarta a extensão – para algo que as tornem ‘mais úteis para a sociedade brasileira’, conforme o plano de governo deste presidente, ou completamente submissas ao funcionamento do mercado financeiro, das grandes empresas. Além de formar profissionais ‘empreendedores’, o que em uma economia de oligopólios dá origem a ‘uberizados’. É uma lógica absolutamente privada e privatista, o que não significa excelência (WEGNER, 2020).

Assim, todas as políticas voltadas à educação universitária gratuita e de qualidade passam a centrar, com grau mais elevado, o desempenho imposto pelas regras do mercado e eficiência de gestão através das parcerias público-privadas. É o modelo que faz sentido para a modernização precária, acrítica e destrutiva dos projetos neoliberais em curso, vide a tese de licitude da terceirização de toda atividade meio ou fim fixada pelo STF na ADPF 324, a “PEC do fim do mundo” e a reforma trabalhista de 2017 (DEL PINO, 2020).

3.2 Pandemia: Da precarização à destruição

As preocupações com os rumos precários da universidade se aprofundam com a crise humanitária agravada pela pandemia do COVID-19. O capitalismo continua buscando seu espaço para gerar novas formas de destruição e punição da classe trabalhadora, embora quase 300 mil mortes tenham sido registradas no país (BRASIL, 2021).

Com o aumento da flexibilização e a própria suspensão de direitos trabalhistas, as circunstâncias propiciadas pelo Novo Coronavírus expõem sem ressalvas quem são as pessoas desprotegidas, sem tutela do Estado e sob condições permanentes de risco, como demonstra a demissão em massa de trabalhadoras terceirizadas da Universidade de São Paulo (HIRANO, 2020).

Ocorre que mesmo diante de tais situações explícitas de desrespeito ao trabalho decente, à moradia digna e proteção social, a perspectiva do empreendedorismo como parâmetro de uma universidade inovadora; o teletrabalho e trabalho intermitente como formas modernas de desempenhar o labor e a diminuição de direitos trabalhistas como fator inerente ao desenvolvimento econômico e social se consolidam e imunizam o capitalismo. “A crise é o momento pelo qual a desagregação gera acumulação” (MASCARO, 2020).

4 | O INTERESSE PÚBLICO DE UMA EDUCAÇÃO PRIVADA

A crise na educação superior observada no Brasil não é exclusividade nacional, mas sim fenômeno arquitetado e planejado para que ocorresse nos países centrais e, em maior medida, nos em desenvolvimento. Os argumentos utilizados no projeto de Lei “Future-se”, os cortes de gastos a educação superior, a busca pela diversificação das fontes de recurso universitário, a descentralização da gestão da educação superior pública, o incentivo à expansão de instituições privadas e a própria privatização ou semiprivatização das instituições de ensino superior públicas fazem parte de um projeto anunciado desde a crise dos Estados de Bem-Estar e Desenvolvimentistas - ante o novo modelo de acumulação flexível, imposto pela reorganização do capital (HARVEY, 1995).

Nesse sentido, a partir da década de 80, o Banco Mundial começou a defender a tese de que os investimentos em educação básica trariam maior retorno do que os recursos investidos na educação superior, alegando que para essa última o retorno privado era consistentemente maior (SGUISSARDI, 2005). Recomendando objetivamente que, diante de tal constatação, a educação primária fosse priorizada em detrimento da secundária e que, para tanto, os investimentos nessa fossem significativamente reduzidos e que sua responsabilidade fosse transferida para as famílias - posto que “evidências demonstram que as pessoas estão dispostas a pagar pela educação” (WORLD BANK, 1986, p. 17).

Juntam-se a discussão outros argumentos que viriam complementar a tese suscitada pelo Banco Mundial, como o de Nicholas Barr que afirmava que o ensino superior seria um bem privado e não público. Segundo ele, o ensino secundário poderia ser subordinado ao mercado porque seria algo limitado, inexigível a todos e que se poderia comprar, ou seja, apresentaria características de um bem privado (BARR, 1993).

Assim, o que se constata é a construção de todo um suposto arcabouço teórico para embasar mudanças políticas, aparentemente, inevitáveis e modificar a opinião pública sobre o assunto. A intenção era a de caracterizar as mudanças necessárias para adequação do

capital como positivas e necessárias de tal forma que a Administração Pública, ao realizá-las, pudesse alegar estar de acordo com sua premissa - defender e assegurar o interesse público.

Importante ressaltar que a estratégia neoliberal utiliza-se da imprecisão do conceito indeterminado para chancelar e garantir a efetivação de seu projeto. Isso porque o interesse público não encontra definição pronta, objetiva, mas sim carece do preenchimento dado por seu aplicador, extraído da realidade (BORGES, 1996). Por isso, o jogo de disputa do ideário popular a respeito da educação superior e da própria administração Pública é essencial para o sucesso da acumulação do capital.

A “re-semantização de conceitos outrora de profundo sentido positivo para os que defendem o conhecimento, a educação e o ensino superior, no caso, como bens públicos universais” (SGUISSARDI, 2005) é facilmente comprovada quando se observa toda uma nova língua criada para fortalecer a narrativa neoliberal em desenvolvimento. Nesse prisma, Bourdieu e Wacquant em artigo escrito em 2000 para a *Le Monde Diplomatique* já apontavam para a existência de tal fenômeno demonstrando um acervo de termos e expressões forjadas para armar a disputa da opinião pública, como:

(...) “mundialização” e “flexibilidade”; “governança” e “empregabilidade”; “underclass” e “exclusão”; “nova economia” e “tolerância zero”; “comunitarismo”, “multiculturalismo” e seus primos “pós-moderno”, “etnicidade”, “minoridade”, “identidade”, “fragmentação” etc (BOURDIEU; WACQUANT, 2000).

A dupla de autores ainda complementa sua análise, ressaltando que concomitantemente ao surgimento dessas expressões outras perderam significância nos debates e tornaram-se ausentes, como “capitalismo”, “classe” e “dominação”.

5 | CONCLUSÃO

Conclui-se dessa discussão que Universidade pública não se encontra imune aos efeitos deletérios causados pela reestruturação produtiva do capital e, por conseguinte, dos novos arranjos institucionais engendrados pela agenda política neoliberal no rastro desse processo. Apesar da natureza singular de suas atividades, identificadas com a expressão do interesse público em seu sentido forte, ou seja, a produção de bens coletivos de benefício difusos, a administração de suas funções tem se caracterizado pelos mesmos valores de competitividade e eficiência econômica. Não surpreende, pois, que no espaço dessa instituição aspectos tão recorrentes da crise social que nos afeta nos últimos anos sejam tão familiares: em especial, a precarização das relações de trabalho. Os abalos provocados pela pandemia que marca os anos de 2020 e 2021 agudizam essa percepção.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. "Universidade, políticas públicas e desenvolvimento social". In: OLIVEIRA, Maria José de Oliveira et al (Orgs.). **Gestão socioambiental e políticas públicas**. Curitiba-PR: CRV, 2018, p. 49-58.

BARR, N. **The economics of the Welfare State**. 2. ed. London: Weidenfeld and Nicholson, 1993.

BORGES, Alice Gonzales. Interesse público: um conceito a determinar. **Revista de Direito Administrativo**, v. 205, p. 109-116, 1996.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. La nouvelle vulgate planétaire. **Le Monde Diplomatique**. Paris. 2000.

BRASIL. Projeto de Lei 3.076, apresentado em 02 de junho de 2020. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Secretarias Estaduais de Saúde. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 24 mar. 2021.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAGNINO, Renato. **Gestão estratégica pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016a.

_____. "O saber da burocracia, gestão pública e o trânsito para o 'Estado Necessário'". In: SILVA, Hilda M. Gonçalves et al (Orgs). **Políticas públicas de educação e desenvolvimento social**. Curitiba: CRV, 2016b, p. 15-29.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. ed. São Paulo: LTR, 2019.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. A universidade pública e o Future-se: a valorização do capital como centro das relações acadêmicas. **Revista de Educação Pública**, v. 29, n. jan/dez, 2020.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1995.

HIRANO, Fly. Terceirização e pandemia na USP. **Jornal A Verdade**, 2020. Disponível em: <https://averdade.org.br/2020/09/terceirizacao-e-pandemia-na-usp/>. Acesso em 15 out. 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia** (Pandemia Capital). Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte em gestão pública. **RAE – Revista Brasileira de Administração de Empresas**. São Paulo, EAESP/FGV, v. 53, n. 1, 2013, p. 82-90

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Burocracia pública e reforma gerencial”. In: **Revista do Serviço Público - 1937/2007**. Número comemorativo de 70 anos, ago/2007, p. 29-47. 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e privado/mercantil. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 191-222, 2005.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Terceirização**: desabafo, desmascaramento e enfrentamento. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/13/terceirizacao-desabafo-desmascaramento-e-enfrentamento/>. 2015.

WEGNER, Rubia Cristina. Ensino Superior no Brasil - Descaminhos propostos pelo ‘Future-se’. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 1, p. 281-297, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/50100>. Acesso em: 15 ago. 2020.

WORLD BANK. **Financing education in developing countries: an exploration of policy options**. Washington, DC: World Bank, 1986.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agências reguladoras 27, 162, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 233, 234, 238

Agronegócio 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85

C

CLT 34, 35, 40, 41, 42, 43, 45, 103, 104, 105, 106, 110, 112, 113, 114, 133, 137, 138, 139

Coronavírus 5, 6, 9, 11, 17, 26, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 70, 73, 74, 83, 120, 167

Covid-19 1, 5, 6, 9, 11, 14, 26, 28, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 58, 59, 66, 70, 71, 73, 76, 80, 82, 83, 85, 119

D

Direito 1, 4, 11, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 66, 69, 70, 71, 72, 86, 98, 103, 114, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 166, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 233, 234, 237, 238, 241, 245, 246

Direito de imagem 31, 32, 34, 35, 36, 37

Direito do consumidor 69, 71, 155

Direito do trabalho 32, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 47, 114, 122, 136, 137, 138, 141

Discricionariedade administrativa 188, 189, 192, 193, 199, 200, 201

Divórcio 48, 50, 51, 52, 55, 56, 66

Doença ocupacional 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47

E

Efetividade 50, 53, 129, 143, 177, 178, 180, 183, 185, 186, 241

J

Judicialização da política 1, 2, 3, 4, 6, 13, 14, 15, 16

M

Movimento antivacina 86, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101

P

Pandemia 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 65, 66,

67, 68, 70, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 119, 121, 122, 167

Poder normativo 52, 56, 220, 221, 223, 226, 229

Política 1, 2, 3, 4, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 61, 62, 74, 82, 89, 107, 109, 113, 114, 116, 121, 143, 150, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 201, 205, 206, 210, 217, 218, 230, 231, 236, 237

Políticas públicas 3, 7, 9, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 62, 67, 69, 70, 84, 122, 154, 180, 200, 215, 228, 234, 236, 246

Precarização 20, 115, 116, 118, 119, 121

Princípio da impessoalidade 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 218, 219

Publicidade infantil 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

R

Responsabilidade civil 124, 125, 126, 127, 135, 136, 138, 140, 141

S

Sindicato 106, 107, 109, 110, 111, 113, 114, 228

Sistema presidencialista 157, 158, 160, 161, 163, 164

Supremo Tribunal Federal 5, 15, 42, 47, 52, 124, 128, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 176, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 199, 206, 207, 214, 217, 220, 221, 233, 238

T

Terceirização 115, 118, 119, 122, 123

Tribunais 3, 4, 29, 38, 41, 49, 52, 71, 140, 141, 156, 165, 196, 218, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245

A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br



A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

